

O Papel das Universidades na Educação Contínua

Alfredo Soeiro, Setembro de 2003

A. Introdução

Este documento foi elaborado pela direcção da AUPEC (Associação das Universidades Portuguesas para a Educação Contínua - www.up.pt/aupec.htm) na sequência da solicitação do Presidente do CRUP a 2 de Setembro de 2003. A intenção é a de apresentar algumas reflexões e sugestões que possam melhorar a Educação Contínua em Portugal e nas universidades, em particular. Algumas das ideias e conclusões surgem da experiência dos membros da direcção da AUPEC a nível internacional em que um foi fundador e vice-presidente da EUCEN (European Universities Continuing Education Network - www.eucen.org) e é presidente da IACEE (International Association for Continuing Engineering Education - www.iacee.org), o segundo é presidente da EUCEN desde 1999 e o terceiro é a Reitora da Universidade Aberta.

B. A Necessidade da Educação Contínua

A Aprendizagem ao Longo da Vida é uma necessidade que resulta numa problemática actual complexa que se pode contextualizar recorrendo aos seguintes os pressupostos para a educação contínua:

- as mudanças aceleradas, a obsolescência rápida e o desenvolvimento permanente;
- a sociedade da aprendizagem e o aumento do analfabetismo funcional;
- a globalização e interdependência das economias;
- a revolução digital e a terciarização das economias;
- a incerteza quanto às novas formas de organização do trabalho e ao futuro das profissões;
- a convicção de que o simples exercício da cidadania requer novas capacidades, destacando as que resultam dos conhecimentos básicos das novas tecnologias de informação e da comunicação.

C. O Papel das Universidades Portuguesas na Educação Contínua

A AUPEC - Associação de Universidades Portuguesas para a Educação Contínua resulta dum convénio assinado em Dezembro de 1999 por cinco

universidades Portuguesas (Universidade Aberta, Universidade do Algarve, Universidade de Aveiro, Universidade do Minho e Universidade do Porto) tendo a associação formalizado aprovação dos estatutos em cerimónia pública pelos respectivos Reitores a 20 de Março de 2001. Na primeira assembleia geral aderiram mais seis universidades à AUPEC (Universidade da Beira Interior, Universidade Católica Portuguesa, Universidade de Coimbra, Universidade da Madeira, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade de Trás os Montes e Alto Douro, Universidade dos Açores, Universidade Lisboa, Universidade Nova de Lisboa).

A AUPEC tem por objectivo a promoção e desenvolvimento da Educação Contínua nas Universidades Portuguesas, cumprindo-lhe, nomeadamente promover e desenvolver a Educação Contínua em todas as valências das universidades, constituir uma plataforma de discussão sobre Educação Contínua, favorecer o intercâmbio de experiências, promover a cooperação entre centros de Educação Contínua, promover a investigação sobre Educação Contínua, representar os interesses comuns dos Centros de Educação Contínua das Universidades perante outros e defender os interesses conjuntos dos seus membros em matérias da AUPEC.

A criação desta associação resulta sobretudo da necessidade das universidades enfrentarem este desafio criado pela vontade de estabelecer a Educação Contínua como actividade universitária. Esta congregação de esforços das universidades acompanha fenómenos idênticos noutros países Europeus como a Finlândia, França, Grã-Bretanha e Irlanda aonde existem associações semelhantes. Algumas são recentes e outras mais antigas reflectindo as diferenças culturais em torno desta questão existindo universidades que se dedicam a esta actividade desde a metade do século XIX como a de Oxford. Esta tendência levou à formação de várias iniciativas Europeias sendo a mais significativa a rede EUCEN (European University Continuing Education Network), criada em 1992.

A aprendizagem ao longo da vida é um dos objectivos da Comissão Europeia a instituir para cada cidadão em todos os estados membros. O governo Português não é excepção e são conhecidas as iniciativas na área da formação profissional por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional. No entanto a Educação Contínua pretende ser a resposta a esta necessidade de aprender sempre, o que inclui a área profissional mas não se esgota nesta. É cada vez mais evidente a tendência de, quem possui formação superior, não se limitar à posse do grau de licenciatura, mostrando interesse em continuar a investir na formação académica. A actualização constante dos conhecimentos adquiridos, exigida pelo mercado de trabalho e pelas mudanças conjunturais das tarefas a desempenhar, levou à implementação da Educação Contínua a nível universitário, que actualmente está a viver um processo de crescimento e de consolidação bastante acelerado. Esta situação é apoiada pela procura existente por parte dos profissionais activos e também pela previsão de diminuição dos recém licenciados num espaço de alguns anos, o que obriga a manter a população activa com uma produtividade elevada.

E. A Comissão Europeia e a Educação Contínua

O Memorando da Comissão Europeia de 2001 sobre a Aprendizagem ao Longo da Vida apresenta seis mensagens relacionadas com a Educação Contínua que são essenciais para a implementação da formação contínua. Apresentam-se algumas propostas relacionadas com estas seis mensagens que derivam sobretudo do papel fundamental que as universidades poderão ter em Portugal na melhoria da formação contínua.

Mensagem 1. Novas competências básicas para todos

O acesso universal à Educação Contínua só poderá ser garantido se o sistema educativo (básico, médio e superior) se envolver nesta actividade. Algumas actividades poderão ser subsidiadas de modo externo ao financiamento público (como a formação profissional) mas sendo esta actividade um direito do Cidadão é um dever social dos Estados garantir este acesso. A definição das competências básicas necessárias ao Cidadão deve ser estabelecida por órgãos que envolvam a sociedade, a tutela e o sistema educativo. Um exemplo é o da Suécia com modelos que satisfazem esta necessidade de adaptação constante às necessidades de aprendizagem através da participação dos representantes dos sectores principais da sociedade. Realça-se que neste contexto deve ser o sistema educativo o motor principal deste tipo de educação por questões de competência pedagógica, de vocação e do decréscimo previsível de alunos da formação inicial.

Propostas

- a) A utilização do financiamento do FSE deve providenciar cursos básicos à escala nacional. Estes cursos devem ser orientados para formação na área da cidadania, da literacia funcional, da literacia digital e das línguas.
- b) O modelo Francês que desde 1971 força a realização de formação profissional para todos poderia ser uma das opções com diversos concorrentes a prestar esta formação.
- c) As universidades teriam autonomia para realizar os cursos de educação contínua que escolherem de acordo com a estratégia escolhida e com as competências próprias.

Mensagem 2. Mais investimento em recursos humanos

O investimento tem de ser dos estados membros uma vez que nem todos os Cidadãos podem suportar os custos desta necessidade de educação e da aprendizagem ao longo da vida. Um exemplo é o modelo adoptado em França pela lei de 1971 pode levar a medidas estruturantes que se revelaram cruciais para o acesso à formação. Os fundos comunitários para este fim devem ser sobretudo encaminhados, em coordenação, pelos ministérios da Segurança

Social, da Educação e do da Ciência e do Ensino Superior para os níveis de ensino respectivos. As necessidades periódicas de educação e da aprendizagem devem fazer parte de estratégia conjunta a definir por estes ministérios com os ministérios da Economia, da Saúde e outros. Os órgãos corporativos como as ordens, sindicatos e associações poderão definir limites mínimos em termos de créditos de educação contínua a adquirir num determinado período. Às empresas poderão ser dados incentivos como os de índole fiscal ou outros que promovam a actualização das capacidades dos respectivos quadros.

A disponibilidade destas oportunidades poderá passar pela atribuição de períodos anuais destinados à formação presencial e à frequência de cursos baseados em materiais de acesso flexível, do ponto de vista espacial e temporal, como o acesso "online" ou com recurso a material gravado electronicamente ou por outro meio. A sociedade actual baseia-se no conhecimento e este é cada vez mais um valor económico. Estando a Comissão Europeia empenhada em tornar os estados membros mais competitivos a posse deste valor representa uma mais valia.

Propostas

a) A qualificação de quadros poderá ser feita com o recurso a colaboração em redes entre as instituições formadoras e as empresas. Este tipo de abordagem poderá representar uma economia de escala significativa dada as dimensões do país e as possibilidades existentes noutros países.

b) As universidades seriam financiadas por aluno de educação contínua ou, em alternativa, os alunos receberiam bolsas para frequentar estes cursos.

c) Alguns cursos de educação contínua seriam financiados pelo MCES de acordo com o interesse estratégico nacional. Um dos exemplos actuais é o da empregabilidade dos docentes do ensino básico e secundário que se encontram sem colocação.

Mensagem 3. Inovação no ensino e na aprendizagem

Neste aspecto será necessário adoptar uma política de qualidade baseada nos processos educativos e na aquisição de competências. É necessário sobretudo divulgar as práticas, boas ou más, de modo a que sirvam de exemplo ao que poderá ser feito em termos de inovação. O modo de desenvolver este sistemas de aprendizagem de qualidade poderá basear-se em regras a definir utilizando projectos de investigação nesta área. A preocupação da garantia de qualidade tem motivado imensas iniciativas com resultados apreciáveis. A diversificação da oferta de cursos à distância e abertos tem também provocado o aumento da qualidade deste tipo de aprendizagem. Existem bastantes experiências e projectos comunitários sobre a pedagogia para profissionais activos e para os adultos.

Propostas

a) A necessidade de cursos a distância impõe a produção em conjunto pelas instituições envolvidas. Os recursos formadores são insuficientes para as necessidades pelo que se deve fomentar o trabalho em rede na produção e administração dos cursos de “elearning”.

b) Um investimento forte deve ser feito nesta área de modo a prestar formação profissional às PME's utilizando as novas tecnologias de informação e de comunicação. Neste caso também se deve utilizar a cooperação entre instituições usando distribuição de tarefas e de recursos.

c) A diversificação das solicitações em termos de qualificações obriga a que haja um diálogo constante entre a Sociedade e a Universidade de modo a serem criados cursos de Educação Contínua que ajudem a aumentar a qualificação dos recursos humanos em Portugal.

Mensagem 4. Valorizar a aprendizagem

A questão da avaliação deve ser modificada e ter em conta os conhecimentos específicos e outros de índole multidisciplinar, ética, cultural e social. A aprendizagem tem de tornar-se normal e não uma batalha ou um desafio. O sistema de creditação (reconhecimento) de educação informal tem exemplos que poderão ser seguidos e adoptados em todos os níveis de ensino. O exemplo Francês será dos mais recentes mas há experiências diversas que podem ser estudadas e implementadas. Os parceiros sociais poderão ser envolvidos na gestão do sistema educativo das instituições de ensino e de formação a nível local, regional, nacional e comunitário.

Propostas

a) Deve ser criado um sistema de acreditação da aprendizagem informal e da feita no trabalho em articulação com as instituições de ensino superior e outras de modo a valorizar a educação contínua.

b) A qualidade deve ser integrada na formação contínua através de conselhos consultivos ou de órgãos específicos. Neste momento os resultados insuficientes devem-se provavelmente à falta de qualidade e de avaliação da formação contínua.

c) A actividade dos docentes universitários na Educação Contínua deve ser incluída no conjunto de deveres e de hábitos de acordo com o estatuto respectivo.

Mensagem 5. Repensar as acções de orientação e aconselhamento

A utilização de portais que concentrem a informação sobre cursos e avaliações respectivas poderá ser um meio de possibilitar informação e aconselhamento. A criação duma universidade virtual europeia ou nacional poderá ser um exemplo a alargar a todos os níveis de ensino. O sistema educativo deverá desempenhar um papel importante de facilitar o acesso local à informação e a aconselhamento qualificado sobre os percursos de formação. Há vários projectos comunitários nesta área que constituem um conjunto de experiências suficientes para se passar das conjecturas para a concretização de medidas.

Propostas

- a) Devem existir centros nas instituições do sistema educativo centros de aconselhamento na perspectiva de reconhecer competências e de apoiar a definição do processo formativo individual
- b) Dada a tendência da próxima década para o envelhecimento da população activa as universidades devem encarregar-se de preparar os docentes de educação contínua para este tipo de formandos com estilos de aprendizagem diferentes.
- c) As universidades devem possuir centros e programas de acolhimento e de orientação destinados aos novos públicos que necessitam de melhorar as qualificações e as competências.

Mensagem 6. Aproximar a aprendizagem dos indivíduos

O melhor modo de democratizar a formação e a aprendizagem será o de inserir estas infra-estruturas nas unidades públicas existentes como as escolas ou ou autarquias ou outras instalações públicas, como as bibliotecas. Os centros de aprendizagem devem estar com as escolas de todos os níveis. Esta medida poderá ter duas vantagens em que a primeira é a da disponibilidade das escolas para facilitar o ensino e a segunda é a da colaboração destas com a sociedade.

Como referido anteriormente as novas tecnologias de informação e de comunicação deverão poder transformar a aprendizagem numa actividade corrente como ler o jornal ou ver televisão. O acesso à web por cabo, por rede de telefone móvel ou por telefone fixo deve ser simples e barato. A definição das medidas a adoptar nesta área deverá ser feita por órgãos a vários níveis de representatividade com a participação dos diferentes parceiros sociais, tutela e sistema educativo.

Propostas

- a) A liberalização dos preços e do acesso às comunicações electrónicas é fundamental para o ensino e para a aprendizagem generalizados na educação contínua.

b) Deve ser feita uma divulgação pública intensa sobre as vantagens da educação contínua. Esta campanha deve incluir também o ensino aberto e a distância.

c) As entradas na universidade para cursos de educação contínua não conducentes a grau devem ser analisadas em cada caso de acordo com as características do candidato e com a experiência profissional.